



EDITORIAL

O presente número de Saúde, Ética e Justiça, a única revista brasileira impressa dedicada à Medicina Legal em atividade, como é de sua vocação, traz artigos que abarcam as várias interfaces entre a Medicina, a Ética e a Bioética, e o Direito. O objetivo que se percebe após a leitura dos artigos é demonstrar que as pesquisas neste campo, a caminho da evolução, ainda têm uma longa estrada a percorrer – com amplas possibilidades de avanço.

A questão do aborto, sempre polêmica, aqui é abordada sob um ângulo eminentemente toxicológico (as substâncias denominadas “abortifacientes”), de uso tão comum em nossa população – como também sob o ponto de vista ético e de saúde pública – levantando questões interessantes a respeito do tema.

O mesmo se pode dizer de estudo a respeito da associação entre álcool e distúrbios alimentares, artigo de revisão que esmiúça esta conjugação (tão pouco investigada em nosso meio) de doenças aparentemente díspares. Conjugação esta que parece ter papel relevante na aderência de pacientes à terapêutica preconizada.

Em outro artigo, a respeito de fraudes em documentos digitalizados, os autores colocam um dos grandes problemas da modernidade: até que ponto os avanços tecnológicos podem ser utilizados como arma criminosa e como a ciência pode agir para identificar e prevenir esse tipo de crime.

Embora a insulina não seja uma droga nova, seu uso como forma de se cometer homicídio não é muito investigado em nosso meio. Os autores do presente estudo levantaram 69 casos na literatura médica disponível e orientam como o médico legista deve proceder para realizar o correto diagnóstico do papel da insulina como agente lesivo.

Na mesma linha, estudo acerca da mortalidade por causas externas nas cidades do grande ABCD paulista (Santo André, São Caetano, São Bernardo do Campo e Diadema), aponta para maior cuidado no preenchimento das declarações de óbito – a fim de se evitar o aumento de incidência das causas “de origem indeterminada”, que tanto prejuízo traz às estatísticas que balizam nossas políticas de saúde pública e de prevenção à criminalidade.

Por fim, chegamos a um artigo que faz análise bioética do uso de terapia nutricional em pacientes oncológicos, no contexto dos cuidados paliativos a eles ministrados. Os autores investigam a visão que pacientes e familiares têm a respeito do assunto e discutem temas pertinentes à ética da terminalidade da vida, um dos grandes desafios bioéticos deste século XXI em nosso país.

Aproveitem a leitura!

Ivan D. Miziara

